

EDITAL RO/CE/RH Nº 02/2021 – ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 236-2020-RUNESP de 27/11/2020, publicado em 28/11/2020, e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 404/2018, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) **PROFESSOR SUBSTITUTO**, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no primeiro semestre letivo de 2021, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de Ciências Sociais Aplicadas e/ou Ciências Humanas e/ou Ciências Biológicas, e no conjunto de disciplinas: **GESTÃO AMBIENTAL APLICADA, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**, junto à Coordenadoria de Curso de Turismo do Câmpus Experimental de Rosana. O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades da Coordenadoria de Curso.

1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 900,31 (novecentos reais e trinta e um centavos), correspondente à referência MS-1 em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

OBS: Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação, no caso do título de Mestre (MS-2) ou de Doutor (MS-3.1) o salário será de: R\$ 1.331,82 e R\$ 1.862,82 respectivamente.

Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.

2. INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão recebidas no seguinte endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br/>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico, emitir o documento bancário e realizar o pagamento da taxa prevista no edital no período de **19/02/2021 a 18/03/2021**.

2.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

3.1. Graduados em Ciências Sociais Aplicadas e/ou Ciências Humanas e/ou Ciências Biológicas com, no mínimo, título de Mestre ou portadores de certificado de Especialização em Nível de Pós-Graduação, em área que contemple o conteúdo didático das disciplinas objeto do concurso. A qualificação necessária à inscrição para o concurso será demonstrada

por estudos, em nível de graduação, na área, subárea do conhecimento à qual se integra a disciplina ou conjunto de disciplinas objeto do concurso.

3.1.1. Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;

3.1.1.1. Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;

3.1.2. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

3.1.3. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para a confirmação da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos escritos nos itens 4.1.1 a 4.1.5, em formato PDF (Portable Document Format), via endereço eletrônico: rh.rosana@unesp.br, até o último dia do prazo para inscrição:

4.1.1 formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1) e assinado, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, instruindo-o com os seguintes documentos, cópias simples frente e verso:

4.1.2. cédula de identidade ou carteira nacional de habilitação e no caso de candidato estrangeiro: cédula de identidade de estrangeiro com visto temporário e na falta desta, o passaporte;

4.1.3. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação. (quando for o caso).

4.1.4. comprovante de recolhimento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 108,00 (cento e oito reais), que deverá ser realizado no Banco do Brasil – Agência 3291-3 – Conta Corrente – 16555-7 – (Universidade Estadual Paulista – Campus de Rosana – (CNPJ 48.031.918/0032-20), através de depósito bancário identificado ou transferência eletrônica.

4.1.5. Curriculum Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico escolar – graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.

4.2. O corpo do e-mail deverá ser identificado conforme modelo abaixo:

Concurso Público para contratação de Professor Substituto no conjunto de disciplinas GESTÃO AMBIENTAL APLICADA, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS Edital nº RO/CE 02/2021.

Nome: _____

RG/Número de Inscrição: _____

E-mail do candidato: _____

4.3. A não entrega dos documentos listados, dentro do prazo previsto no item 4.1, implicará no indeferimento da inscrição.

5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007

5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

I - sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

II - percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

5.2. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

I - quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

II - quanto às circunstâncias previstas no inciso II do item 5.1. deste Edital:

a) comprovante de renda, ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.

OBS: O candidato deverá apresentar os documentos originais, bem como as respectivas cópias para conferência e entrega das mesmas, para posterior análise. As cópias apresentadas não serão devolvidas.

5.3. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

5.4. Os documentos comprobatórios deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico: rh.rosana@unesp.br – Área de Recursos Humanos – ARH.

5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 23/02/2021 a partir das 14 horas e, no caso de

indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação.

6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

6.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 48 (quarenta e oito) horas depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado o site da Unidade o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.

6.1.1. Será publicada, no Diário Oficial do Estado - DOE, Poder Executivo - Seção I, a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas por não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no presente edital.

6.1.2. O candidato poderá requerer no seguinte endereço eletrônico:

rh.rosana@unesp.br, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação a que se refere o item anterior, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pelo Conselho Diretor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.

7. COMISSÃO EXAMINADORA

7.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.

7.2. A Comissão Examinadora será indicada pela Coordenação de Curso, e constituída por ato formal do Conselho Diretor, depois de encerradas as inscrições.

7.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.

7.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico www.rosana.unesp.br, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.

7.5. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Comissão Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Coordenador Executivo, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

7.6. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato com inscrição deferida;
- b) membro do Conselho Diretor;
- c) membro da própria Comissão.

7.6.1. A impugnação será julgada pelo Coordenador Executivo, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.

7.6.2. Se acolhida a impugnação, competirá ao Coordenador Executivo, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.

7.6.3. Ainda que não haja impugnação formal, o Coordenador Executivo, poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.

7.7. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:

a) quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;

b) se a impugnação apresentada não for acolhida;

c) se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

7.8. A impugnação da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do endereço eletrônico: rh.rosana@unesp.br, dentro do prazo previsto no item 7.5.

8. PROVAS, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

8.1. O concurso de provas e títulos constará duas fases:

I – Prova didática (Peso 1), de caráter classificatório: constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de no mínimo 40 minutos e no máximo de 60 minutos, cujo ponto será sorteado com 24 horas de antecedência, de uma lista organizada pela Banca Examinadora a partir do programa do concurso. A ordem de apresentação da aula seguirá a ordem de inscrição no referido concurso;

II – Prova de títulos (Peso 2) de caráter classificatório: julgamento do Curriculum Lattes em que serão analisadas as atividades de formação didática e científica, dos últimos 5 (cinco) anos, com maior relevância para as atividades relacionadas ao conjunto de disciplinas em concurso.

8.2. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

8.3. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho de Curso, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada pelo Conselho Diretor, observadas as seguintes particularidades:

8.3.1. Na primeira fase do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

8.3.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão (via videoconferência) e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

8.3.3. A análise referida na segunda fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas e

arguição da fase precedente, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

8.3.4. A arguição, análise e avaliação realizada pelos membros da Comissão Examinadora a distância, se dará nas mesmas condições oferecidas aos examinadores na forma presencial.

8.3.5. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação, permitindo a qualquer candidato, a pedido, o acesso às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

8.3.6. O resultado do concurso será homologado pelo Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado – DOE.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

Grupo I – Títulos Acadêmicos. Os títulos neste Grupo não precisam estar contidos no período dos últimos 5 anos. (LIMITADO A 3 PONTOS)		Pontuação
1.1	Doutorado concluído na área do concurso	1,5
1.2	Doutorado concluído em área afim	1,0
1.3	Mestrado concluído em área do concurso	1,5
1.4	Mestrado concluído em área afim	1,0
1.5	Especialização lato sensu, mínima 360 horas, na área.	0,5
1.6	Graduação em área do concurso	0,5
1.7	Graduação em área afim	0,35
1.8	Doutorado direto na área do concurso	1,5
1.9	Doutorado direto em área afim	1,0

Grupo II – Atividades Ligadas ao Ensino, à Extensão e Estágios. (LIMITADO A 4 PONTOS)		Pontuação
2.1	Exercício do magistério superior, como docente em curso de graduação e/ou pós-graduação. Por semestre letivo completo.	0,75
2.2	Exercício do magistério no Ensino Médio público ou privado. Por semestre letivo completo.	0,50
2.3	Orientação concluída de monografia de especialização ou trabalho de conclusão de curso. Pontuação por monografia.	0,50
2.4	Orientação concluída de aluno bolsista de iniciação científica, projeto de extensão ou monitoria. Pontuação por bolsista-ano.	0,50
2.5	Participação em Banca Examinadora como membro efetivo de trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese de doutorado. Pontuação por participação.	0,25

Grupo III – Produção Científica e Técnica e Extensão. (LIMITADO A 3 PONTOS)		Pontuação
3.1	Publicação de livro com ISBN, na área de conhecimento objeto do concurso.	1,50
3.2	Publicação de livro com ISBN, em área correlata.	1,00
3.3	Capítulo de livro publicado com ISBN, na área de conhecimento objeto do concurso.	0,75
3.4	Capítulo de livro publicado com ISBN, em área correlata.	0,50
3.5	Artigo Completo publicado em periódico na área.	1,00
3.6	Artigo completo publicado em periódico em área afim.	0,75
3.7	Trabalho completo publicado em anais de congressos ou similares na área de conhecimento objeto do concurso. Pontuação por trabalho.	1,00
3.8	Resumo publicado em anais de congresso internacional ou em revistas na área de conhecimento objeto do concurso. Pontuação por resumo.	0,50
3.9	Relatório de consultoria a órgão especializado de gestão científica, tecnológica, ou consultoria técnica prestado a órgão público ou privado.	0,50
3.10	Apresentação de trabalhos em eventos científicos. Pontuação por apresentação.	0,20
3.11	Coordenação de projeto de extensão ou de pesquisa devidamente registrado em instituição competente. Pontuação por projeto.	0,50
3.12	Coordenação de Evento Científico Internacional.	0,75
3.13	Coordenação de Evento Científico Nacional.	0,50
3.14	Coordenação de Evento Científico Regional.	0,25

B- CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

ITENS AVALIADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1. Plano de Aula	1,0
2. Domínio do Assunto na Apresentação do Conteúdo	4,0
3. Tempo de Duração da Aula (40' a 60')	1,0
4. Didática Utilizada 4.1 Clareza, linguagens técnicas e esclarecimento da terminologia utilizada (até 0,5); 4.2 Segurança (até 0,5); 4.3 Ordenação (até 0,5); 4.4 Adequação (até 0,5); 4.5 Técnicas e Recursos (até 0,5); 4.6 Bibliografia utilizada (até 0,5); 4.7 Organização (até 1,0).	4,0

10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

10.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

10.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

10.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

1. com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;
2. tenha obtido a maior nota no julgamento do curriculum lattes;
3. tenha obtido a maior nota na prova didática;
4. mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, ao Conselho Diretor, no caso dos Câmpus Experimental, nas seguintes hipóteses:

I – contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 3 (três) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no endereço eletrônico da Universidade;

II – do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado – DOE.

11.2. O pedido de acesso às notas, previsto no item 8.3.4, suspende o prazo do recurso contra o resultado final, o qual será retomado a partir do atendimento, estendendo-se por mais 1 (um) dia útil se o deferimento tiver ocorrido no último dia do prazo recursal.

11.3. A legitimidade para a interposição de recursos é exclusiva de candidato,

11.4. Os recursos terão a forma escrita, devendo ser realizada através do endereço eletrônico: rh.rosana@unesp.br, dentro do prazo previsto no Edital.

12. CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recurso interpostos.

12.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

12.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

12.4. Apresentação de comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

12.5. Apresentação de comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

12.6. O candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 12.4 e 12.5.

12.7. Comprovação de não registrar antecedentes criminais.

12.8. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado–DOE.

13.2. O Conselho Diretor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

13.3. O resultado final do concurso público será homologado pelo Conselho Diretor.

13.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na prova didática (videoconferência) no dia e horário estabelecido ou não apresentar documento original oficial com foto.

13.5. O candidato deve se responsabilizar pela conexão da internet no momento da prova.

13.6. Ocorrendo problemas técnicos que impeça a adequada participação dos membros da Comissão Examinadora e/ou do candidato, durante a realização da prova didática, havendo tentativas restabelecimento da conexão sem sucesso, no período de 30 (trinta) minutos, a prova será suspensa e reagendada.

13.7. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado–DOE da homologação até o final do ano letivo.

13.8. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.

13.9. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado–DOE e no endereço eletrônico www.inscricoes.unesp.br, referente ao presente concurso.

13.10. O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

13.11. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

13.12. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

13.13. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

13.14. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado–DOE.

13.16. Qualquer membro do Conselho Diretor, ou da Comissão tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

13.17. São de inteira responsabilidade do candidato os custos de deslocamento, hospedagem, alimentação, serviços de acesso/manutenção à internet e de equipamentos eletrônicos ou não de uso pessoal.

PROGRAMA

1. Turismo em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
2. Fontes Alternativas de Energia;
3. Certificações ambientais em empreendimentos turísticos;
4. Uso racional da água;
5. Política ambiental e turismo;
6. Percepção ambiental;
7. Turismo sustentável e ecoturismo;
8. Impactos ambientais no turismo;
9. Turismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs);
10. Boas práticas na conservação de recursos naturais.

BIBLIOGRAFIA

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira. **O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades.** 2020.

DAMAS, Marcos Tonet. **Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas.** Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur), v. 13, n. 2, 2020.

DE CARVALHO, Aline Vieira; Juliano65, Tiago. **Turismo como vocação: patrimônio cultural e áreas naturais protegidas.** Perspectivas patrimoniais: natureza e cultura em foco, p. 127. 2020.

DE CONTO, Suzana Maria et al. **Turismo e Sustentabilidade: Reflexões em Momentos da Pandemia Covid-19/Tourism and Sustainability: Reflections in Moments of Pandemic Covid-19.** Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade, v. 12, n. 3, 2020.

DIAS, Natália Oliveira; FIGUEIRÔA, Carlos Frederico Baumgratz. **Potencialidades e Uso de Geotecnologias para Gestão e Planejamento de Unidades de Conservação.** Revista de Geografia-PPGEO-UFJF, v. 10, n. 2, p. 283-302, 2020.

FONSECA FILHO, Ricardo Eustáquio. **Percepção do geoturismo por gestores de Parques.** Sociedade & Natureza, v. 32, p. 793-807, 2020.

GOMES, Magno Federici; GONÇALVES, Joana Rita Gomes. **O Ecoturismo e a Planificação da Gestão Ambiental no Desenvolvimento de Estratégias em Áreas Naturais Protegidas**. Revista Direito em Debate, v. 29, n. 54, p. 77-90, 2020.

GONÇALVEZ, L.C. **Gestão ambiental em meios de hospedagem**. São Paulo; Aleph, 2004.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**. São Paulo: Annablume, 2006.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010.

PHILIPPI JR., A.; RUSCHMANN, D.V.M. (Eds). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: manole, 2010.

PROGRAMA PILOTO PARA PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL (PPG7). Caminhos para a Sustentabilidade. **As contribuições do maior programa ambiental do país para o uso e a proteção das florestas tropicais brasileiras**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

SCHEUER, Luciane. **Turismo Contemporâneo: Desenvolvimento, Ciência e Gestão Inovadora**. Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação, v. 2, n. 3, p. 6, 2020.

ZOCHOLINI, Cleomar Antonio; DE CONTO, Suzana Maria; FOLETTO, Sérgio. **Uso racional de água nos serviços turísticos: informações de hóspedes em relação aos meios de hospedagem**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 90238-90259, 2020.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

(Processo RO/CE 26/2021)

Rosana, 17 de fevereiro de 2021.

BRUNO CESAR SELEGUINI BERTAPELLI

Seção Técnica de Apoio Administrativo

Supervisor Técnico de Seção

Publicado no D.O.E. de 18.02.2021 – Seção I – página 168 e 169.